



CARTA DA I CONFERÊNCIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFFLUMINENSE | 25 e 26 de agosto de 2026.

O Instituto Federal Fluminense, em consonância com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), objetivou, por meio da Primeira Conferência de Ações Afirmativas, promover um espaço institucional voltado ao diálogo, à formação e à construção coletiva de encaminhamentos inovadores para o nosso instituto, de modo a articular acesso, permanência, diversidade, inclusão e justiça social.

Neste encontro presencial, que reuniu (número) pessoas, o debate sobre as políticas afirmativas institucionais existentes e pleiteadas contribuiu para a qualidade da formação acadêmica, fortalecendo a cultura e promovendo a equidade, pela democratização do acesso e, por consequência, incentivando a permanência estudantil.

O papel do IFF como formador de cidadãos conectados com a realidade social também é primordial, uma vez que a conferência foi aberta à comunidade interna e externa, com a participação dessas na construção de planos de ações para o asseguramento do acesso democrático e inclusivo ao ambiente acadêmico.

Para avançarmos nos caminhos engendrados, os participantes reunidos nesta I Conferência de Ações Afirmativas apresentam os pontos que consideram determinantes para o futuro próximo. O intuito é mantermos o compromisso com as reivindicações elaboradas em cada Grupo de Discussão, seguindo as diretrizes e estratégias propostas pelos mesmos.

Destaca-se que houve consenso em todos os grupos de que há forte necessidade de promover formação continuada sobre os temas tratados na conferência.

A Conferência encaminha a necessidade de traçar estratégias para sempre garantir a presença dos estudantes, com representantes de todos os campi, em espaços de formulação de políticas institucionais.

Seguem os encaminhamentos elaborados nos Grupos de Discussão (GD):

GD1 - Relações étnico-raciais e cotas para negros, pardos, indígenas e quilombolas

Mediadora: Lia Keller Ferreira da Costa

Relatora: Jéssica Oliveira

1) Criação de espaço institucional de ações afirmativas raciais no IFF, institucionalizado na forma de setor, para formulação de políticas específicas ao público negro, indígena e quilombola;

2) Ação institucional permanente de identificação do público negro, indígena e quilombola, considerando também as especificidades de monitoramento das cotas, com a finalidade de traçar perfil, para identificar demandas e pensar políticas

específicas de permanência e êxito.

3) Formação continuada em relações étnico raciais como parte da carga horária de trabalho de todos os educadores, como parte do trabalho ou seja obrigatório, específico também para gestores, com a finalidade de construir cultura institucional antirracista e de fortalecer a implementação das leis 10.639 e 11.645;

4) Criação de protocolo institucional de enfrentamento ao racismo, considerando funções restritas (por setores) e amplas (práticas educativas e protocolos antirracistas) e publicização.

5) Interface institucional de consulta a movimentos sociais negros, indígenas e quilombolas para formulação de seus cursos, políticas de acesso e permanência desse público;

6) Consolidação da institucionalização dos NEABIS no IFF com sua valorização inclusive orçamentária.

GD2 - Inclusão, acessibilidade e cotas para PCDs

Mediadora: Odila Mansur

Relatora: Neila Fernanda

1) Revisar as questões das provas nos processos seletivos nas questões de acessibilidade. Criar grupo interno no IFF que estude as possíveis adaptações existentes (dentro dos processos seletivos) e realizar uma avaliação do que é possível adaptar. Criar um projeto de pesquisa: que estude, pesquise e desenvolva sobre a acessibilidade (fomento externo)

- 2) Incluir nos requisitos da formação de novos saberes (docentes e TAE) cursos da área de educação especial e inclusiva;
- 3) Incluir nas ações institucionais do IFF um encontro anual de estudantes e servidores com deficiência, onde eles sejam os protagonistas;
- 4) Garantir pelo menos um docente EBTT (efetivo) da educação especial atuando no atendimento educacional especializado nos campi do IFF e ampliação dos servidores nos NAPNEs da instituição;
- 5) Criar uma política em parceria com a agência de oportunidades dos campi do IFF, para mediar a inserção dos estudantes com deficiência no mercado de trabalho.

GD3 - Gênero, sexualidade e cotas para pessoas trans e não binárias

Mediadora: Brunna Morisson

Relator: João Vitor Azevedo

- 1) Implementação da Política de Cotas para Pessoas Trans, Travestis e Não-Binárias - nos processos seletivos promovidos pelo IFFluminense - a exemplo, FIC, Ensino Médio, PartiuIFF, Graduação, Pós-graduação etc... reservando 2% das vagas para essa população, bem como a criação de uma Comissão de Acompanhamento para instituição das cotas, seguindo a nota técnica da ANTRA;

2) Inclusão da transgeneridade nos critérios de avaliação para bolsas de assistência estudantil, considerando pessoas trans como público em vulnerabilidade social para o certamente de assistência estudantil;

3) Criação de um protocolo/programa institucional que vise conscientização e capacitação de toda comunidade acadêmica(Comunidade Interna e Externa), quanto cidadania, direitos humanos, diversidade e inclusão das pessoas LGBTQIAPNB+, atuando também, na prevenção da LGBTFobia, bullying, cyberbullying e demais tipos de assédio ou violência dentro e fora da instituição, ainda divulgando canais de denúncias e promovendo atividades extramuros;

4) Implementar formação periódica e continuada obrigatória para todos os servidores(Docentes, TAEs, Estagiários e Terceirizados) sobre, cidadania, direitos humanos, diversidade e inclusão das pessoas LGBTQIAPNB+, criando um ambiente inclusivo e acolhedor para toda comunidade acadêmica LGBTQIAPNB+;

5) Inserir no calendário acadêmico atividades que promovam inclusão e diversidade, de participação obrigatória pelos discentes, priorizando as datas de conscientização, história, visibilidade e luta da população LGBTQIAPNB+.

GD4 - Proteção e cotas para refugiados e migrantes

Mediador: Wallace da Silva Melo

Relatora: Rayanna Maciel

- 1) Aplicação de pesquisa interna (alunos e servidores) e da população em geral para diagnóstico da quantidade de refugiados, deslocados e estrangeiros no escopo do Estado do Rio de Janeiro, além das especificidades para análise de auxílios necessários para permanência.
- 2) Divulgação institucional nas redes sociais em inglês ou espanhol para estimular que esse público se sinta pertencente, convidado e estimulado, além de adoção de estratégias de comunicação interna e externa sobre a temática.
- 3) Capacitação de servidores e terceirizados para acolhimento e instrução de formas e oportunidades de acesso.
- 4) Criação de Curso FIC de língua portuguesa com Projeto Pedagógico de Curso com ementa adequada à realidade de pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas para apoio à trajetória da formação profissional.
- 5) Diálogo com as instituições de ensino e ONGs para desenvolvimento de pesquisas e ações de escuta e diálogo com a comunidade.

GD5 - Permanência estudantil e políticas de apoio para cotistas

Mediadora: Amanda Bersácula

Relatora: Ana Luysa Tavares Aguiar

- 1) Atrelar licenças, afastamentos, cargos de gestão, bolsas de capacitação aos critérios de capacitação em áreas pedagógicas, inclusão, diversidade e educação antirracista.

2) Criar um Programa institucional de acolhimento, tanto para servidores quanto para os alunos, com formação pedagógica e formação continuada. Exemplo: Programa de tutoria aos estudantes estilo "Padrinho Veterano".

3) Construir um programa institucional de oferta de conhecimentos básicos para os alunos cotistas.

4) A Reitoria criar Portfólios de todos os Projetos desenvolvidos no IFF que sejam focados na permanência.

5) Priorizar os alunos cotistas nos benefícios da Assistência Estudantil com garantia da permanência dos benefícios até o término do curso, desde que mantida as condições de acesso. Além de priorizar os alunos cotistas no processo de bolsas para pesquisa, extensão, cultura, esporte e inovação.

GD6 - Implementação de Comissões de Heteroidentificação e Validação de Identidade de Gênero

Mediadora: Sandra Batista

Relatora: Gilmara Basílio

1) Implementação das bancas nos processos seletivos de cursos técnicos e graduação, com iniciativa da administração central e participação dos campi;

2) Capacitação e ampliação da formação continuada da comunidade, incluindo discentes, com cursos anuais por iniciativa da Reitoria;

- 3) Padronização dos procedimentos e instrumentos, estabelecendo critérios claros e objetivos;
- 4) Bancas prioritariamente presenciais e descentralizadas (por região), respeitando as especificidades dos locais;
- 5) Bancas diversas em cor, gênero e em segmentos da comunidade.

Assinam esta carta os agentes que compuseram a I Conferência de Ações Afirmativas do IFFluminense.

Campos dos Goytacazes, 26 de agosto de 2026